

**Fernando Gasparian**

DF - Brasília

# Futuro político de Brasília

Quando idealizou o projeto da nova capital para o Brasil, o presidente Juscelino Kubitschek teve, entre suas preocupações, a de escolher um local neutro, em relação ao resto do país, de modo que o presidente da República dispusesse de tranquilidade para trabalhar. A nova cidade deveria ficar ao abrigo do jogo de interesses regionais e locais, para que o presidente pudesse pensar o Brasil como um todo; sem ter que ser envolvido em questões de interesses imediatistas. Daí, a razão da criação do novo Distrito Federal, em local equidistante dos grandes centros urbanos, ocupando uma área demarcada e especificamente definida para edificação da futura capital.

Ao tratar da questão da representatividade política para o Distrito Federal, o constituinte deve ver esta questão com frieza, porque, neste momento, o Congresso estará selando a sorte futura da capital da República. Corremos o risco de retrocedermos no tempo, com a volta da mesma situação vivida no passado, quando a capital era o Rio de Janeiro. Quantos deputados eleitos pela primeira vez não se entusiasmaram com a fascinação da cidade, deixaram se envolver pelos interesses locais, esqueceram seus estados de origem e colheram o fracasso, ao tentarem a reeleição?

Brasília precisa continuar sendo um local neutro, onde se tomam decisões de interesse de 130 milhões de pessoas, sem discriminação ou privilégios. Trata-se de uma cidade construída com o dinheiro do contribuinte e que ainda hoje vive às suas custas. As transferências de orçamento da União feitas para a administração do Distrito Federal chegam a 66% do orçamento anual do governo local. Em comparação com alguns ministérios da área social, o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Trabalho, as transferências do Distrito Federal superam suas dotações orçamentárias.

O orçamento deste ano, que está sendo revisado, a exemplo do que ocorre com o orçamento da União, é de Cz\$ 7 bilhões. Deste total, as transferências da União superam Cz\$ 4,7 bilhões, com mais Cz\$ 305 milhões provenientes da arrecadação do ICM cobrado sobre o trigo importado. Portanto, uma quantia superior a Cz\$ 5 bilhões é quanto pagam os contribuintes de todo o país, pela manutenção da capital da República.

E isso fora as obras executadas por responsabilidade do governo federal mas que se destinam única e exclusivamente ao uso da cidade, como aeroporto, rodovias, fornecimento de energia e sistema de telecomunicações.

Uma pesquisa feita nos documentos sobre a criação do Distrito Federal a construção da cidade vai revelar a intenção do governo ao promover a mudança da capital, nos anos 50. E de acordo com a concepção inicial, a cidade teve um prefeito, nomeado diretamente pelo presidente da República, com a função de administrar a cidade. Posteriormente, e como desvirtuamento do plano original, o posto foi elevado à categoria de governador, que continuou, no entanto, sendo nomeado pelo presidente da República.

O Distrito Federal foi criado a partir da necessidade de evitar possíveis conflitos administrativos entre o executivo nacional e administrações locais, sendo uma unidade administrativa vinculada diretamente ao presidente da República. A antiga capital, então Rio de Janeiro, também foi um "município neutro", no tempo do império. Com a proclamação da República, a capital continuou no mesmo local e só em 1985 o município do Rio de Janeiro elegeu seu prefeito.

Fernando Gasparian é deputado federal pelo PMDB de São Paulo